

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ACESSO, EXPANSÃO E INOVAÇÃO, NO GOVERNO LULA

HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: ACCESS, EXPANSION AND INNOVATION IN THE LULA GOVERNMENT

Rogério Portela Aguiar ⁷
Gilson Xavier de Azevedo ⁸

RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar os principais fatores que promoveram o acesso, a expansão e a Inovação na Educação superior no Brasil, durante o Governo Lula. Questiona-se se a Gestão do Governo Lula em relação à expansão do Ensino Superior e os meios utilizados por tal, foram realmente eficientes para o crescimento desse nível de Educação? A premissa básica é buscar elencar, de forma clara as conquistas, desafios, os pontos positivos e negativos desse Governo na expansão do acesso à Educação Superior. A metodologia adotada é a de um estudo exploratório e revisional de caráter bibliográfico que permitam uma avaliação das políticas de acesso, expansão e inovação durante o Governo Lula. Aponta-se como resultado a construção de um panorama histórico que servirá de base para análises e discussões posteriores, além da formulação de um conceito acadêmico sobre o acesso, a expansão e inovação do Ensino Superior na era Lula, bem como, um favorecimento do setor privado.

Palavras-chave: Ensino Superior. Políticas Públicas. Governo Lula.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the main factors that promoted access, expansion and innovation in higher education in Brazil, during the Lula government. It is questioned whether the Lula Government's Management in relation to the expansion of Higher Education and the means used by it, were really efficient for the growth of this level of Education? The basic premise is to seek to clearly list the achievements, challenges, positive and negative points of this Government in expanding access to Higher Education. The adopted methodology is that of an exploratory and revisionary study of bibliographic character that allow an evaluation of the policies of access, expansion and innovation during the Lula Government. As a result, the construction of a historical panorama that will serve as a basis for further analysis and discussions, as well as the formulation of an academic concept on access, expansion and innovation in Higher Education in the Lula era, as well as favoring the sector, is pointed out. private.

Key-words: Higher Education. Public policy. Lula government.

INTRODUÇÃO

A educação de nível superior passou por extensos processos de mudança nas últimas duas décadas, processo pelo qual quase todos os países passaram. As reformas que ocorreram, remeteram à necessidade de expansão do sistema educacional, e o que de fato têm acontecido, ainda que a intensidade seja variável. (MANCIBO; VALE; MARTINS; 2015).

De acordo com Nemeriano, Moura e Davanço (2012), por influência das políticas implementadas pelo Banco Mundial, países periféricos como é o caso do Brasil, sofreram uma indução política para a expansão do ensino privado e a privatização do ensino público, principalmente, no que diz respeito ao ensino superior. O Governo FHC começou uma reforma Educacional no propósito de atender às exigências impostas pelo Banco Mundial.

No Brasil, com a mudança de Governo, porém sob a mesma política Mundial, o governo Lula começa um processo de contrarreforma, criando Medidas Provisórias e Decretos, que foram implantados logo no início de sua gestão. O decreto de 20 de outubro de 2003, que criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável por analisar a situação da educação superior brasileira e propor um plano de ação tendendo à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), (OTRANTO, 2006).

De acordo Barros (2015), no intuito de promover a expansão e democratização do acesso à Educação Superior, o então governo Lula implementou diversos programas na tentativa de democratizar a Educação Superior no país. Tais medidas, apesar de limitadas, representaram um avanço para este nível de educação.

Barros (2015), cita que os Programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos), Fies (Programa de Financiamento Estudantil), o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), assim como o aumento das vagas nos cursos a distância de nível superior e as políticas de cotas, exercem papel importantíssimo para a redistribuição de oportunidades.

⁷ Pós-graduando em Gestão e docência do Ensino Superior pela UEG de Mineiros, Goiás (rogerio.portela88@hotmail.com).

⁸ (Orientador) PhD em Educação pela PUC GO (2020) (gilson.azevedo@ueg.br).

O Ministério da Educação (MEC) investe na criação de vagas públicas em faculdades privadas como medida para elevar o acesso no Ensino Superior por jovens e ao mesmo tempo diminuir a taxa de ociosidade de vagas nas instituições de ensino privadas, beneficiando-as, (SANTOS; SANTOS, 2005).

Nos últimos anos tem aumentado o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas nas universidades em todo o Brasil, impulsionado pelo crescimento de vagas criadas por algumas iniciativas governamentais (MORCHE e NEVES, 2011; PEIXOTO e BRAGA, 2011; LIMA, 2011; SOTERO, 2011).

No Brasil, no período de 1995 a 2010, o número total de matrículas teve um crescimento de 262,52%. Porém, as instituições privadas foram as que mais se destacaram, e obtiveram um crescimento de 347,15%, já na rede pública o aumento foi de 134,58%. A expansão ocorrida na Educação Superior pode ser considerada positiva por aumentar o acesso da população a este nível de ensino, contudo, deve-se levar em consideração efeitos negativos desse processo, principalmente no que diz respeito aos tipos de cursos criados pelas instituições privadas, onde o crescimento ocorre sob a influência direta do mercado capitalista, que visa a valorização de capital com a venda de serviços educacionais (MANCEBO; VALE; MARTINS; 2015).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Entende-se por condições de acesso, políticas que favoreçam financeira e etnograficamente o acesso do estudante à educação pública de qualidade. No caso do governo em questão, Rosa (2013) cita que, devido a toda uma influência do cenário mundial em relação à expansão e democratização do acesso à educação superior, Lula desenvolveu em seu governo ações relativas ao processo de democratização do acesso a esse nível de ensino.

Otranto, (2006) cita que o governo Lula começa um processo de contrarreforma, criando Medidas Provisórias e Decretos, que foram implantados logo no início de sua gestão. O decreto de 20 de outubro de 2003, que criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável por analisar a situação da educação superior brasileira e propor um plano de ação tendendo à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O Governo Lula teria tentado solucionar antigas exigências educacionais.

Sob o discurso de envolver o conjunto da sociedade na construção desse processo, o referido governo pegou reivindicações antigas, dentre elas: maior acesso ao ensino superior, ensino gratuito e de qualidade, sistema de avaliação que apontasse erros e soluções, maior assistência estudantil. Porém, converteu seu real sentido nos interesses do capital financeiro, sendo necessário observar que tal política do governo federal é praticada com a convivência de classes dominantes locais. (NOMERIANO; MOURA; DAVANÇO, 2012, p. 6).

Com essas manobras o setor Educacional privado foi o grande beneficiado com os programas lançado pelo Governo.

Segundo Neves (2007), o Brasil enfrenta, neste campo, graves problemas que precisam de soluções inteligentes e viáveis.

Os grandes desafios da educação superior estão relacionados a inúmeras questões, tais como: a ampliação do acesso e maior equidade nas condições do acesso; formação com qualidade; diversificação da oferta de cursos e níveis de formação; qualificação dos profissionais docentes; garantia de financiamento, especialmente para o setor público; empregabilidade dos formandos e egressos; relevância social dos programas oferecidos; e estímulo à pesquisa científica e tecnológica (NEVES, 2007, p. 16).

É como um efeito cascata, na medida em que suprir uma demanda, consequentemente cria-se outra, e assim por diante.

Para Neves, Raizer e Fachinetto (2007), toda essa mudança que o Brasil vem sofrendo na Educação Superior é de grande valia, pois serve de referência para análise dos desafios que esse nível de educação sofre na sociedade atual.

Citam ainda que:

A análise dos dados revela o cenário atual: a ampliação do acesso, bem como a implantação de políticas de inclusão, que resulta numa expansão especialmente pelo sistema privado. Isto ensejou uma situação controversa, a formação oferecida pelo sistema privado e muito criticada pela sua baixa qualidade. (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p. 125).

O controverso se dá devido a exigência de um ensino de qualidade, pois de forma geral o setor privado que tem seu retorno financeiro passeado no quantitativo, acabam pecando no qualitativo.

O fracasso da expansão de acesso ao ensino superior, ainda se dá devido o insucesso da inclusão social nos níveis básico da educação. Neves (2007).

O Governo com seus programas e favorecimentos, conseguiu aumentar significativamente as vagas para acesso ao nível superior, mas para que haja evolução da educação superior, além da ampliação do número de vagas é necessário também se tenha aluno com requisitos mínimos de formação básica para se tornarem acadêmico.

EXPANSÃO DO E.S.

Do mesmo modo que o acesso, a expansão do Ensino Superior depende de políticas que motivem não só o ensino, mas a pesquisa e a extensão universitária. Para promover uma política diversificada, o Governo Lula teria desenvolvido através de diversos programas e ações, tais como: expansão de campus de Instituições Federais de Educação Superior; criação de novos campus e universidades por meio da instituição do Reuni; instituição do ProUni; criação do Sisu; aprimoramento do financiamento estudantil por meio do Fies; fomento da educação a distância (EAD), principalmente por meio da instituição da UAB; ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; e apoio às políticas de ações afirmativas. (ROSA, 2013).

Iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas vêm exercendo papel importante, porém limitado na redistribuição de oportunidades (BARROS, 2015).

Segundo Otranto (2009), em análise da atuação das políticas até o ano de 2007, observou que as mesmas permaneceram direcionadas para a compra de vagas em instituições de ensino privadas, por intermédio do Programa Universidade para Todos (ProUni), assim como por meio de programas de crédito educativo. Estas medidas tinham como desígnio afiançar a inclusão dos jovens provenientes das classes populares na educação superior. Entretanto, apenas no ano de 2007, por intermédio do Programa de Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais (Reuni), é que foram criadas condições para a expansão do sistema público de educação superior no Brasil.

Mais recentemente podemos apontar como fator de aumento e/ou estabilização dessa oferta à criação do financiamento PROUNI que facilitou o acesso do estudante de menor renda ao ensino superior fora das instituições públicas. No segmento público, é significativa a expansão promovida pelo REUNI. (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p. 179-180).

Devido aos programas/políticas de expansão nota-se grande aumento de vagas abertas e ofertadas na modalidade de ensino superior, sendo elas públicas ou na rede privada. Contudo, devido ao despreparo na formação de jovens no ensino médio, as instituições de educação superior enfrentam o problema das chamadas vagas ociosas, que são vagas abertas, porém não foram preenchidas.

Segundo Barros (2015 p.369), “Das 371.802 (26,39%) carteiras não ocupadas em cursos presenciais das instituições públicas e privadas, em 2001, chegamos a 2010 com 1.529.980, ou seja, 49% de ociosidade”.

Para o sociólogo Simon Schwartzman (2006) *apud* Barros (2015), o Ensino Médio brasileiro não forma pessoas em quantidade suficiente para alimentar a expansão que o Ensino Superior vem tendo. Por isso, deve-se levar em consideração que não há uma adesão perfeita da oferta atual à demanda

existente (GARCIA, 2011). Estudo realizado por Barros (2015), confirma-se que desde o ano de 2003 existem mais vagas nas IES que alunos concluintes do Ensino Médio.

Percebe-se então que as medidas tomadas para a expansão ensino superior parecem ter surtido algum efeito positivo, uma vez que se têm vagas mais que o suficiente para atender aos alunos concluintes de ensino médio.

ENSINO SUPERIOR E INOVAÇÃO

Outra grande necessidade nacional é empenhar investimento maciço em pesquisa e inovação. De acordo com Rosa (2013), a necessidade de expandir o acesso à educação superior, O Governo Lula apareceu como fomentador de políticas e programas que procuraram apoiar tanto as demandas dos alunos como a das instituições privadas.

Para Dourado (2008), O favorecimento do setor privado foi claramente entendido com a instituição do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que se estabeleceram por meio de políticas públicas apresentadas para atender as necessidades do Governo em expandir o acesso a esse nível de educação, assim como para acatar aos interesses do mercado. Um exemplo do favorecimento a instituições privadas de educação superior é que Lula, ao instituir o Prouni e o FIES, deixou explícito, o posicionamento governamental de direcionar recursos públicos para a iniciativa privada.

Contudo, há que se reforçar que no governo Lula não houve centralidade de foco na expansão via setor privado. O que deve ser considerado é que mesmo se desenvolvendo políticas de expansão e democratização do acesso à educação superior pública, o alargamento da rede privada, estimulada especialmente através do Prouni e do Fies, foi inegavelmente favorecido (ROSA, 2013, p. 171).

Segundo Rodrigues et al, (2010). Na área da educação os desafios de inovação são tão ou mais significativos que a de outros setores.

Com base no prescrito pela LDB, por meio do Decreto nº 5.800 de 2006, instituiu-se a UAB, com vistas a ampliar o acesso à educação superior no Brasil através da modalidade à distância. Constituiu-se, pois, mais um instrumento para reduzir as desigualdades de acesso à educação superior, promovendo uma integração em âmbito nacional entre municípios, estados e o próprio governo federal.

Quando se trata de inovação na Educação Superior, não se pode negar que a promoção da Educação a Distância (EAD) é um grande exemplo de inovação. E essa promoção foi bem evidenciada no Governo Lula.

Produtos baseados nessas tecnologias são geralmente mais baratos, mais simples, menores e frequentemente mais convenientes de usar (CHRISTENSEN, 2001, *apud* FERREIRA; VANDERLEI; QUONIAM, 2015. p.6). Essa forma de inovação é voltada para o desenvolvimento de produtos/serviços destinados a clientes de segmentos de menor poder aquisitivo dispostos a consumir produtos menos sofisticados (com menor custo), porém com as funcionalidades adequadas ao seu segmento (ZILBER; DA SILVA, 2013, p. 284).

Nota-se que a Educação a Distância possibilita o acesso ao nível superior das camadas que não teria condições de ingressar nesse nível de educação. Por isso, considera-se que a criação e expansão da mesma tenha sido a grande tacada de inovação.

CONCLUSÃO

Por influências políticas externas o Brasil entrou em um processo de reforma Educacional com o governo FHC e de contra reforma com o Governo Lula, nestes as ações foram mais expressivas. Que no intuito de atender e/ou se adequar as exigências internacionais, criou políticas educacionais visando a expansão e o aumento acesso da Educação de nível superior, e por meio de programas como ProUni, FIES, Reuni, Criação da UAB, alcançou esses objetivos. Contudo, ficou evidenciado que os programas que propuseram o crescimento do Ensino Superior, o fizeram beneficiando e/ou favorecendo o setor privado e mercantil, cumprindo assim mais umas das exigências das políticas internacionais. Mas de

fato o Governo Lula contribuiu inquestionavelmente para o crescimento do acesso, da expansão e inovação da Educação de Nível Superior no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: Limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>. Acesso em 01.mai.2017.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília - DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 01 mai. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil e modalidade EAD. In: Mancebo, Deise; SILVA Jr, João dos Reis; Oliveira, João Ferreira (Org.). **Reformas e Políticas**. Educação superior e pós-graduação no Brasil. Reformas e Políticas. Educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Alínea, 2008.

FERREIRA, Veridiana; VANDERLEI, Celso; QUONIAM, Luc. **Ensino Superior de Baixo Custo: um Exemplo de Inovação Disruptiva do Tipo Low-end**. Anais do IV SINGEP – São Paulo – SP – Brasil – 08, 09 e 10/11/2015. Disponível em: <http://www.singep.org.br/4singep/resultado/229.pdf>. Acesso em: 25.mai.2017.

GARCIA, Maurício. **Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior**. 2011. Disponível em: http://abmes.org.br/arquivos/documentos/MGarcia_Artigo_10_milhoes.pdf. Acesso em: 29 mai 2017.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista brasileira de educação**, v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>. Acesso em 05.Mai.2017.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944/4519>. Acesso em: 05.mai.2017.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Desafios da educação superior. **Sociologias**. Porto Alegre. Vol. 9, n. 17 (jan./jun. 2007), p. 14-21, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30725/000591823.pdf?sequence=1>. Acesso em 05. Mai.2017.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**. Porto Alegre. Vol. 9, n. 17 (jan./jun. 2007), p. 124-157, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a06n17>. Acesso em 05. Mai.2017.

NOMERIANO, Aline Soares; MOURA, Severina Mártir Lessa de; DAVANÇO, Sandra Regina. **EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA DA SILVA: ProUni, REUNI E INTERIORIZAÇÃO DAS IFES**. VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão-SE, 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_13/PDF/11.pdf. Acessado em: 05.mai.2017.

OTRANTO, Célia Regina. Reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al (Orgs.) **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Alínea, 2006. Disponível em: http://celia.na-web.net/pasta1/Texto_15.pdf. Acesso em: 15.mai.2017.

QUEIROZ, Viviane de. As políticas do Banco Mundial para a educação superior na América Latina: diversificação das IES e dos cursos e diversificação das fontes de financiamento. In: V Encontro

Brasileiro de Educação e Marxismo, **Anais Educação Marxismo e Emancipação Humana**. Florianópolis-SC, abril de 2011.

RODRIGUES, Leonel Cezar; SEREIA, Vanderlei José; LOPES, António Carlos Vaz; VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio. **Inovação Disruptiva no Ensino Superior**. XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro – RJ. 25 a 29 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/gct1848.pdf>. acesso em: 25.mai.2017

ROSA, Chaiane de Medeiros. Políticas públicas para a educação superior no governo Lula. **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.11, n.1, p. 168-188, jan/jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/viewFile/27005/15422>. Acesso em: 05. Mai.2017.

SANTOS, Deribaldo; SANTOS, Laura. A reforma universitária do governo Lula: continuidade ou ruptura com o projeto neoliberal? **II Jornada Internacional de Políticas Públicas, Mundialização e Estados Nacionais**. São Luís-Maranhão, 23 a 26 de agosto de 2005. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Deribaldo%20Santos_Laura%20Santos307.pdf. Acesso em: 20.mai.2017

ZILBER, Silvia Novaes; DA SILVA, Francisco Lourenço. **Investigação sobre a existência de inovações disruptivas das grandes empresas multinacionais para o mercado brasileiro de baixa renda**. Produção, v. 23, n. 2, p. 283-296, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://prod.org.br/files/v23n2/v23n2a06.pdf>. Acesso em 20.mai.2017.

Enviado em: 07/08/2020.

Aceito em: 28/08/2020.

